

## **PROJETO DE LEI N.º                      , DE 2016**

(Do Sr. HILDO ROCHA)

Tipifica o crime de negar ou retardar atendimento à requisição de funcionários feita por Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei criminaliza a conduta de negar ou retardar atendimento à requisição de funcionários feita por Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 2º O Art. 4º da Lei Nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 4º. Constitui crime:

(...)

III- negar ou retardar atendimento à requisição de funcionários feita por Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena: detenção de dois a quatro anos e multa.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

As Comissões Parlamentares de Inquérito representam valiosíssimo instrumento de garantia dos direitos da minoria em uma Democracia. São expressão do chamado sistema de freios e contrapesos,

pelos quais se estabelece o relacionamento harmônico entre os Poderes do Estado.

Por sua função de alta relevância, de permitir uma prestação de contas política ao cidadão, a chamada *accountability*, as CPIs têm os poderes investigatórios das autoridades judiciais, conforme estabelecido no Art. 58, § 3º, da Constituição Federal e outros que a lei ou os Regimentos das Casas Legislativas lhes deem.

Dentre esses poderes está o de requisitar, temporariamente, funcionários de quaisquer órgãos da administração pública, direta, indireta ou fundacional ou do Poder Judiciário, que sejam necessários para o bom andamento de seus trabalhos. Tal requisição temporária, que apenas dura até o término da investigação parlamentar, deveria ser priorizada por todos os órgãos públicos, mas infelizmente não é essa a realidade que se vê ao analisar as CPIs em curso e as mais recentemente realizadas.

Quando as CPIs fazem sua requisição de funcionários é de praxe que os órgãos simplesmente ignorem, dando escusas de excesso de trabalho ou falta de pessoal, mesmo em casos em que obviamente isso seja injustificável. São modos de a máquina estatal tentar frear os legítimos trabalhos do Parlamento, algumas vezes mesmo para tentar acobertar fatos que a CPI, se funcionasse com todo seu potencial, iria trazer a lume.

Por tudo isso, é imprescindível para que se aperfeiçoem os trabalhos legislativos e o Parlamento possa cumprir sua missão fiscalizatória e de estudos da sociedade para o aperfeiçoamento das leis, que haja a tipificação criminal da conduta de negar ou retardar atendimento de requisição de funcionários para trabalhar em CPIs.

Criamos o tipo penal com pena de detenção de dois a quatro anos e multa para realmente coibir essa conduta perniciosa, que tanto tem atrapalhado nossa função como Parlamentares.

Por todo o exposto, crendo ser esta proposição vital para o aperfeiçoamento do instituto das CPIs, conclamamos nossos Nobres Pares a aprovarem este projeto.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2016.

**HILDO ROCHA**  
**Deputado Federal**